

Direito - BIC JÚNIOR

A integração dos Princípios de Empatia e Justiça na Era da Inteligência Artificial (AI).

Dyovanna Vanuele Silva Guimarães - Bolsista Bic Júnior, Escola Estadual Tiradentes.

Fernanda Gomes e Souza Borges - Orientadora DIR, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

A era da inteligência artificial (IA) está transformando diversas áreas, incluindo o Direito. A proposta da "Universidade sem Muros" visa promover um aprendizado acessível a todos, com a IA desempenhando papel crucial nesse processo. No entanto, surgem desafios relacionados ao acesso igualitário e à capacitação de profissionais do Direito para o uso dessas tecnologias. O objetivo deste estudo é analisar como os princípios de empatia e justiça, conforme apresentados por Andréa Pachá, podem ser aplicados à educação jurídica na era da IA, abordando os desafios e as oportunidades dessa inovação. Para isso, foi realizada uma análise bibliográfica do livro *A Vida Não é Justa*, de Andréa Pachá, juíza com experiência no Tribunal de Família. A obra ressalta a importância da empatia e da justiça no exercício do Direito, destacando a relevância de uma abordagem humanizada nas decisões judiciais. A análise focou na compreensão do impacto dessas ideias na educação jurídica, especialmente no contexto da utilização da IA. O método utilizado incluiu a revisão da literatura sobre IA no Direito, com ênfase nos princípios constitucionais brasileiros, como igualdade e transparência. Após a análise, observou-se que os principais desafios identificados estão à equidade no acesso ao conhecimento jurídico. A IA pode ampliar o acesso à justiça, mas, se mal implementada, pode reforçar desigualdades. Outro desafio é a presença de vieses na IA, que deve ser desenvolvida com mecanismos de inclusão e combate a preconceitos, refletindo valores constitucionais como igualdade e transparência. Por outro lado, foram identificadas oportunidades, como a personalização do ensino jurídico por meio de IA, permitindo currículos adaptados às necessidades dos alunos, e a facilitação do diálogo e da mediação de conflitos. Ferramentas de IA podem melhorar a comunicação entre as partes e promover decisões mais justas e eficazes. Portanto, conclui-se que aplicar os princípios de empatia e justiça, destacados por Andréa Pachá, é essencial para a educação e prática do Direito na era da IA. Embora a tecnologia traga benefícios, como o aprimoramento do ensino e maior acessibilidade, sua implementação deve seguir princípios éticos e constitucionais. A IA no Direito precisa ser transparente, imparcial e inclusiva. A regulação da IA é urgente, buscando um equilíbrio entre inovação tecnológica e sensibilidade humana para uma formação jurídica ética e inclusiva.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial no Direito, Inclusão Digital, Desafios éticos..

Link do pitch: <https://youtu.be/P0m0P7JReCw?feature=shared>